



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

MENSAGEM Nº 401/2019-ALE

RECEBIDO NA DITEL
Em 12 / 12 / 2019
Horas 08 : 46
Por: [Assinatura]

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 368/2019, que “Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, no exercício de 2018, autorizado por meio da Lei nº 4.431/2018”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 11 de dezembro de 2019.


Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 368/2019

Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, no exercício de 2018, autorizado por meio da Lei nº 4.431/2018.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar devolução espontânea de R\$ 11.760.716,82, em 24 (vinte e quatro) parcelas, dos recursos utilizados do fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU no exercício de 2018, autorizado por meio da Lei nº 4.431, de 12 de dezembro de 2018, Decreto 23.460, de 26 de dezembro de 2018, e Pedido de Providências do CNJ constante do Processo 0011095-27.2018.2.00.0000.

Parágrafo único. Para assegurar o pagamento das parcelas previstas no *caput* deste artigo, o Poder Judiciário do Estado de Rondônia fica autorizado a realizar os procedimentos necessários à abertura de crédito adicional especial ou suplementar, no valor que se fizer necessário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 11 de dezembro de 2019.


Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

02/12/2019

A:

10 DEZ 2019

Protocolo:

386/19

Processo:

386/19

SEI/TJRO - 1514674 - Ofício

Projeto de Lei nº 386/19



AO EXPEDIENTE

Em: 08 DEZ 2019

Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

Ofício nº 3948 / 2019 - CMI/GGOV/PRESI/TJRO

Porto Velho, 02 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual LAERTE GOMES

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Nesta



Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei que autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados do FUJU no exercício de 2018, autorizados por meio da Lei n. 4.431/2018.

Senhor Presidente,

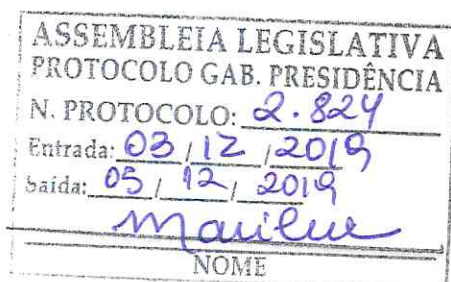
Submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres Pares o Projeto de Lei que autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) no exercício de 2018, autorizados por meio da Lei n. 4.431/2018, aprovado pela Tribunal Pleno em sessão administrativa realizada no dia 02/12/2019.

Certo de que essa proposição terá por parte desse Poder Legislativo a usual atenção dispensada a esta Corte de Justiça, reitero a Vossa Excelência e demais pares votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **WALTER WALTEMBERG SILVA JUNIOR**, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/12/2019, às 12:29 (horário de Rondônia), conforme art. 6º, § 1º, do

https://sei.tjro.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1689582&infra_sistem...

Ofício nº 3948/2019 - TJRO (9346832)

SEI 0005.545780/2019-91 / pg. 3



Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI (http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1), informando o código verificador **1514674** e o código CRC **ECED8B22**.

Referência: Processo nº 0021999-18.2019.8.22.8000

SEI nº 1514674/versão-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

PROJETO DE LEI Nº 9 / 2019 - CMI/GGOV/PRESI/TJRO

MENSAGEM

EXCELENTÍSSIMOS(AS) SENHORES(AS) PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Encaminho a Vossas Excelências, para apreciação e deliberação dessa colenda Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a proposta de Projeto de Lei que autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) no exercício de 2018, autorizados por meio da Lei n. 4.431/2018.

A Lei n. 4.431, de 12 de dezembro de 2018, autorizou o Poder Judiciário do Estado de Rondônia (TJRO) a utilizar, excepcionalmente no exercício de 2018, os recursos do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU), para complementar o pagamento de despesas de pessoal, até o montante de R\$ 29.400.000,00 (vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais).

Ocorre que o Ministério Público do Estado de Rondônia – MPRO, apresentou pedido de providência solicitando a atuação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a fim de impelir o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, liminarmente, que se abstivesse de utilizar os recursos financeiros do FUJU, de forma estranha e/ou diversa das finalidades previstas em sua lei de instituição.

Desta forma, deferida a liminar, o CNJ determinou que o TJRO se abstivesse de utilizar os recursos financeiros do FUJU com despesa de pessoal, afastando, administrativamente, os efeitos da Lei n. 4.431/2018 do Estado de Rondônia, até ulterior deliberação.

Feito pedido de reconsideração pelo TJRO ao CNJ, quanto à utilização dos recursos do FUJU, foi reconsiderada a liminar apenas no que concerne à utilização dos recursos do FUJU para o pagamento de 13º salário e salário do mês de dezembro de 2018 dos magistrados e servidores vinculados ao Tribunal, como forma de neutralizar o *periculum in mora* reverso. Desse modo, o montante efetivamente utilizado do FUJU foi de R\$ 11.760.716,82.

Superada a situação acima descrita e, realizados os pagamentos conforme autorização do Conselho Nacional de Justiça, o exercício financeiro atual mostra-se favorável, com capacidade para recompor o valor utilizado do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) no montante acima descrito.

Assim, por liberalidade, o presente Projeto de Lei tem por finalidade a recomposição da quantia de R\$ 11.760.716,82, a serem pagas em 24 (vinte e quatro) parcelas.

Pelo exposto, certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com estima e consideração.



PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar a devolução espontânea dos recursos utilizados do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) no exercício de 2018, autorizados por meio da Lei n. 4.431/2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a realizar devolução espontânea de R\$ 11.760.716,82, em 24 (vinte e quatro) parcelas, dos recursos utilizados do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) no exercício de 2018, autorizados por meio da Lei n. 4.431, de 12 de dezembro de 2018, Decreto 23.460, de 26 de dezembro de 2018, e Pedido de Providências do CNJ constante do Processo 0011095-27.2018.2.00.0000.

Parágrafo único. Para assegurar o pagamento das parcelas previstas no *caput* deste artigo, o Poder Judiciário do Estado de Rondônia fica autorizado a realizar os procedimentos necessários à abertura de crédito adicional especial ou suplementar, no valor que se fizer necessário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em ____ de _____ de 2020, ____º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Em 02 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER WALTEMBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça**, em 02/12/2019, às 12:29 (horário de Rondônia), conforme art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI (http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1), informando o código verificador **1514643** e o código CRC **CA34D576**.

Referência: Processo nº 0021999-18.2019.8.22.8000

SEI nº 1514643/versão 5